

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.046 - RS (2019/0273868-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : ANTONIO RENATO DUARTE  
**ADVOGADOS** : RUBESVAL FELIX TREVISAN - RS032027  
LEONARDO ERNESTO NARDIN STEFANI - RS034038  
**AGRAVADO** : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF  
**ADVOGADOS** : DIEGO TORRES SILVEIRA - RS055184  
LEANDRO PITREZ CASADO - RS053911  
WILIAN BENIN - RS107196

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA **1.** APELO ESPECIAL QUE TEVE O SEGUIMENTO NEGADO NA ORIGEM, QUANTO À CONSONÂNCIA DO ARESTO IMPUGNADO COM TESE FIRMADA NO JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1.042 DO CPC/2015 **2.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO, NAS RAZÕES DO AGRAVO, DE UM DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE NO PONTO. ART. 932, III, DO CPC/2015. **3.** AGRAVO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por ANTONIO RENATO DUARTE, com fulcro no art. 105, III, alíneas *a* e *c* da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 502):

APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNCEF - FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS. DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. APICAÇÃO DO IGPM. DESCABIMENTO. MIGRAÇÃO DE PLANO. ATO JURÍDICO PERFEITO. INCABÍVEL A PRETENDIDA CORREÇÃO MONETÁRIA COM BASE NO ANTIGO PLANO. Afastada a alegação de ocorrência de sentença *extra petita*, porquanto a decisão guarda relação com os pedidos elencados na inicial e, por consequência, com o feito. Não prospera o pleito consistente na aplicação de disposições estabelecidas nos planos antigos, pois que a cláusula em questão não lhe é mais aplicável. O

autor aderiu ao novo plano por opção, aceitando as novas disposições, havendo a transação judicial com a renúncia de direitos provenientes do contrato inaugural.

Apelo desprovido.

Nas razões do apelo especial, o insurgente apontou violação ao art. 20 da Lei Complementar 109/2001, sustentando, em síntese, que deve ser aplicado o percentual correspondente ao INPC/IBGE sobre os valores de complementação de aposentadoria percebidos.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 579-608).

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial, em relação à matéria abrangida pelo REsp n. 1.551.488/MS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, e inadmitiu o restante, com base na incidência dos verbetes sumulares n. 7 e 211 desta Corte Superior.

Daí o presente agravo.

Contraminuta ofertada (e-STJ, fls. 639-656).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, que entrou em vigor em 18 de março de 2016 (Enunciado Administrativo n. 1 do Plenário do STJ), passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo em recurso especial contra decisão que inadmite o apelo especial, quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo.

Eis a redação do art. 1.042 do CPC/2015:

Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio *tempus*

*regit actum.*

No caso em exame, o presente agravo foi interposto contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, de maneira que plenamente aplicável o novo regramento trazido pelo *caput* do citado art. 1.042. Portanto, aqui se está diante de nítida hipótese de não cabimento do recurso.

Com isso, não há como conhecer do agravo, por ser incabível na parte em que o recurso especial teve o seguimento negado na origem, porque o acórdão recorrido estava em conformidade com a orientação firmada por este Tribunal no Recurso Especial Repetitivo n. 1.551.488/MS (Tema 943 do STJ), no que se refere aos índices aplicáveis sobre os valores de complementação de aposentadoria.

Quanto aos demais óbices, mencionados no juízo de admissibilidade, constata-se que, nas razões do agravo, a parte insurgente não impugnou o ponto relativo à incidência da Súmula 7/STJ.

Desse modo, no que concerne aos temas remanescentes, deveria a parte ora insurgente ter afastado devidamente, no agravo em recurso especial, toda a fundamentação utilizada pela Corte estadual, em observância ao disposto no art. 932, III, do CPC/2015, demonstrando, assim, o desacerto do julgado daquele Tribunal que inadmitiu o processamento do apelo especial, mas, de fato, não o fez.

A esse respeito, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 932, INC. III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 (ART. 544, § 4º, INC. I, DO CPC/1973).

[...]

2. Incumbe à parte agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (arts. 932, III, do CPC/2015 e 544, § 4º, inciso I, do CPC/1973).

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 955.169/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 02/02/2018)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator